



Recebido em 01/12/2021

Aceito em 04/12/2021

DOI: 10.26512/emtempos.v1i39.41021

ENTREVISTA

Diálogos, intersecções e possibilidades no âmbito da História do Tempo Presente: entrevista com Reinaldo Lindolfo Lohn

Dialogues, intersections and possibilities within the scope of the History of Present Time: interview with Reinaldo Lindolfo Lohn

Tâmyta Fávero

Doutora em História pela UFRGS

orcid.org/0000-0001-8677-272X

tamytafaver@gmail.com

RESUMO: As discussões propostas nas linhas que seguem foram compostas a partir de problemáticas sobre a produção historiográfica no âmbito da História do Tempo Presente. São considerações que levam em conta a conjuntura atual da produção científica no Brasil e no mundo, além de intersecções com outros campos científicos, produções correlatas e, também, com as mudanças da relação entre sociedade e história. Os questionamentos suscitados foram abordados pelo Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn, professor titular da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), onde atua no Departamento de História, tanto no curso de graduação em História quanto no Programa de Pós-Graduação em História, em nível de Mestrado e Doutorado.

PALAVRAS-CHAVE: História do Tempo Presente. Historiografia. Conhecimento histórico.

ABSTRACT: The discussions proposed in the lines that follow was composed based on problems about the historiographic production in the scope of the History of Present Time. These are considerations that take the current conjuncture of scientific production in Brazil and in the world, as well as intersections with other scientific fields, related productions, and the changes in the relation between society and history. The problems raised were addressed by Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn, full professor at the Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), where he works in the History Department, both in the History undergraduate course and in the Postgraduate Program in History, at the Master's and PhD levels.

KEYWORDS: History of Present Time. Historiography. Historical knowledge.

Introdução

A historiografia está em contínuo deslocamento. A ideia de que a História seria um campo de estudos sobre o passado, a qual de certo modo ainda circula via senso comum, não explica a complexa intersecção de temporalidades justapostas que fazem parte das incursões investigativas operadas por historiadores. Nos séculos XX e XXI, em parte por suas catástrofes, turbulências e rupturas, vimos emergir debates sobre os instrumentos teórico-metodológicos empregados pela historiografia para os estudos sobre os temas que seguiam movimentando o mundo. Ou seja, o passado não passava, e as intersecções temporais passado, presente e futuro movimentavam também o campo historiográfico.

Então, em meio aos já mencionados deslocamentos do campo, surgiu, no final da década de 1970, o Institut d'histoire du temps présent (IHTP), onde as discussões sobre a escrita da História entrelaçavam-se com debates acerca das aproximações entre memória e história, dos usos da história oral e da produção de narrativas de vítimas que testemunharam regimes totalitários e ditaduras, assim como referentes aos usos políticos do passado. Tais discussões e, evidentemente, outras tantas, vinham sendo feitas por pesquisadores no âmbito da denominada História do Tempo Presente, campo que despertava, a partir de então, desafios sobre o “seu fazer”. Tal debate foi se expandindo para além da França e, no Brasil, temos acompanhado, há alguns anos, a profusão de pesquisas de relevância na área.

Em vista disso, o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), cuja área de concentração é História do Tempo Presente, está em atividade desde 2007 e, dentre os pesquisadores/professores que compõem uma das Linhas de Pesquisa do Programa, está o Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn, com atuação em temas como ditadura militar, redemocratização, culturas urbanas, cultura política e História do Tempo Presente. E, diante da relevância da temática e da importância das discussões desenvolvidas no Programa, eu, Tâmyta Fávero, graduada em mestra em História pela UDESC, sob orientação do Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn, convidei-o para uma entrevista sobre o tema, realizada por correio eletrônico no mês de novembro de 2021. Ademais, aproveito este espaço para agradecer enormemente a disponibilidade e a gentileza do professor Reinaldo, que prontamente aceitou estabelecer esse diálogo conosco.

Entrevista

Tâmyta Fávero: Um dos dilemas epistemológicos sobre a História do Tempo Presente mais recorrentes nas discussões teórico-metodológicas foi o de que a proximidade do historiador com o passado em análise poderia interferir na objetividade da escrita científica. Essa problematização ainda está presente nos debates acadêmicos do campo?

Reinaldo Lindolfo Lohn: É preciso ter em conta meus limites pessoais e interpretativos para discorrer sobre tema tão amplo. Considerando o alcance relativo do que eu possa formular a respeito de sua questão, compreendo que ainda são recorrentes questões importantes como esta, embora cada vez mais orientadas para outras dimensões tão ou mais complexas e que são alvo de debates nos meios mais dinâmicos da escrita historiográfica atualmente. Reflexões fundamentais, como aquelas que vêm sendo inspiradas há alguns anos pelas abordagens de Paul Ricoeur ou ainda Reinhart Koselleck, põem em evidência o próprio tempo histórico e a experiência da temporalidade como elementos fundamentais de qualquer investigação historiográfica. Não se pode deixar de mencionar também as contribuições originais de François Bédarida ou Henry Rousso e de outros que os antecederam em diferentes países europeus, como a Alemanha, ocupados com a temática do nazismo. Destaco ainda uma promissora atitude teórico-metodológica que busca questionar primados epistemológicos muito marcados pelo eurocentrismo e por uma cartografia do tempo histórico tributária da escrita histórica europeia do século XIX, o que diversificou bastante as aproximações com a História do Tempo Presente no América Latina e, em particular, no Brasil, desde as primeiras experiências e investigações sugeridas por Marieta de Moraes Ferreira, entre outros historiadores e historiadoras de grande relevo. A partir de tais discussões, tornou-se possível pensar que a distância temporal não leva necessariamente à objetividade. Pelo contrário, em uma temporalidade composta pela justaposição de diferentes estratos e pelas conexões entre estrutura e conjuntura, uma investigação acerca do passado colonial brasileiro, por exemplo, pode levar a tantas disputas em torno da memória e do esquecimento que tornam pueris a demanda por qualquer objetividade possível derivada do contexto histórico por si só. Temas como a escravidão e a sociedade escravocrata brasileira fazem parte de um passado que não passa, evocam questões as mais tensas conflitivas em uma sociedade iníqua como a nossa, e isso é constantemente demonstrado pelas discussões em torno de narrativas neoconservadoras que fazem uso do passado justamente para combater propostas políticas emancipatórias em nosso tempo. Assim, os debates em torno da objetividade historiográfica estão mais orientados para a problemática frequente dos usos políticos do passado e o quanto isso impacta a produção de uma historiografia que seja capaz de definir com cada vez mais precisão quais são as interpretações válidas e sustentáveis, distinguindo-as daquelas que são meramente orientadas para a produção de efeitos discursivos nos debates públicos.

Tâmyta Fávero: *Para além do dilema mencionado na pergunta anterior, você considera que há singularidades inerentes do campo de conhecimento da História do Tempo Presente?*

Reinaldo Lindolfo Lohn: As discussões suscitadas pela proposta da História do Tempo Presente trouxeram aos debates da área algumas questões que pareciam óbvias, mas que são constantemente evocadas. Afirmar simplesmente que “toda história” é história do tempo presente é algo que parece mais esconder do que evidenciar aspectos importantes. A História é uma forma de conhecimento sistemático interpretativo, como aponta Ricoeur, o que aponta para compreendermos suas possibilidades e alcances em

termos hermenêuticos. Dessa forma, é necessário estabelecer os limites e as demarcações das interpretações construídas pela historiografia. Entre as balizas indispensáveis (entre outras, que fazem parte do próprio processo de pesquisa documental e arranjo de distintas fontes) estão o contexto social e a temporalidade. A História do Tempo Presente põe em tensionamento constante aquilo que historiadores e historiadores buscam assegurar como um dos centros de seu ofício que é a recusa ao anacronismo. Qualquer interpretação historiográfica que seja identificada como anacrônica será invalidada ou ao menos sofrerá restrições. Mas isso não é tão fácil ou óbvio de apontar e circunscrever. Daí a necessidade de que, ao voltar se para o tempo presente, a historiografia seja desafiada a construir metodologias cada vez mais complexas e capazes de dar conta do vivido ao passo em que este, por sua própria característica inerente, ainda está em processo, não está encerrado e continua em movimento. Interpretar historicamente um processo em andamento é um desafio teórico e metodológico bastante significativo. Não se trata apenas, portanto, de distância ou aproximação, mas de lidar com objetos que dizem respeito ao tempo dos vivos, embora não necessariamente sejam de um contexto curto ou imediato. Há uma série de objetos que se constituem como próprios do tempo presente e que evocam estratos de tempo mais alargados, quem sabe até em menor ritmo de movimento, mas ainda assim impactantes em nossas experiências sociais. Penso que se constituir em uma história dos vivos para os vivos é uma das singularidades marcantes da História do Tempo Presente. Não que o trabalho de luto, aquele que muitas vezes é mobilizado como necessário para que uma sociedade possa enfrentar seus próprios dilemas sem paralisar a formulação de novas demandas pelas novas gerações, deixe de ser relevante. Mas há passados que continuam a afetar e a inspirar tensionamentos no âmbito dos diferentes conflitos (de classe, raciais, de gênero e de outras dimensões) que atravessam nosso presente. Daí que a historiografia seja convocada a participar desse debate público intenso.

Tâmyta Fávero: As considerações referentes à História do Tempo Presente, de certa forma, surgiram a partir de discussões acadêmicas sobre a memória das catástrofes, autoritarismos e genocídios ocorridos na Europa ao longo do século XX. Há um mapeamento das primeiras discussões quanto às operações desse campo pela Historiografia aqui no Brasil?

Reinaldo Lindolfo Lohn: Uma possível singularidade da História do Tempo Presente talvez possa ser encontrada na ideia de “última catástrofe”, proposta por Henry Rousso, que eu tomo mais como uma sugestão metafórica do que como uma demarcação estrita de fronteiras temporais ou como se o tempo presente fosse uma nova “idade”. Tampouco como se fosse um apêndice à cartografia do tempo histórico tradicional do famoso esquema quadripartite francês das “idades”. Penso que há “catástrofes” que continuam a fazer parte do vivido de distintas sociedades. Não é possível apontar qual ou quais são as mais importantes (a Segunda Guerra? O colonialismo? O terrorismo de Estado?), mas é possível discutir e construir objetos que levem em conta essa presença viva de alguns passados. Trata-se, portanto, de uma demanda por presença do passado, algo que

remete à experiência social, mais do que, quem sabe, sua representação. Isso abre inúmeras possibilidades, sendo que uma das que mais me chama a atenção é a construção de uma historiografia vista do Sul (a quem chame de “Sul Global”, embora eu não tenha muita simpatia pelo termo), ou seja, que diga respeito às experiências sociais vividas por sociedades que durante muito tempo foram vistas como mero resultado das ações dos países centrais e de suas narrativas históricas. Penso que ao final da década de 1980, quando houve uma grande renovação da área da historiografia no Brasil, a partir do acúmulo de debates e de investigações muito ricas elaboradas até então, muitos estudiosos ganharam uma exposição mais frequente no centro de debates públicos que moviam a sociedade brasileira em um momento em que esta ainda vivia uma longa transição política e debatia as possibilidades de superar a ditadura e construir um sistema político mais justo e democrático. Naquele momento houve debates em torno do centenário da chamada Abolição da escravidão e da Proclamação da República, entremeados por muito discussões candentes em torno da nova Constituição e as primeiras eleições presidenciais diretas depois de quase trinta anos. Passados e presentes estiveram justapostos, revelando estratos de tempo que demonstravam o quanto havia de estrutural em boa parte daquelas tensões que, para muitos, envolviam uma conjuntura política passageira. Grupos e movimentos sociais foram constantemente mobilizados a questionar as representações mais comuns acerca do passado brasileiro, bem como a demandar sua presença nos debates públicos e a lutar por seu reconhecimento, o que envolveu investigar seu passado histórico e suas exclusões sociais e culturais. E penso que esse processo embasou uma trajetória social tão intensa que invadiu o trabalho de pesquisa historiográfico. Ainda que intuitivamente, estava ali sendo constituída uma intenção, uma atitude historiográfica voltada para o tempo presente, o tempo do vivido. E isso ainda está em elaboração: temos várias últimas catástrofes — a escravidão e o racismo estrutural, o genocídio indígena, a manutenção de um Estado francamente autoritário e violento, o ataque cotidiano aos corpos das populações vulneráveis, a manutenção de uma estrutura de classes iníqua e refratária a mínimas propostas de reforma, entre outros temas que fazem parte do nosso tempo. Ou ainda a uma questão que envolve dimensões teóricas e metodológicas incontornáveis: quantos tempos compõem o nosso presente?

Tâmyta Fávero: As reflexões históricas estão em contínua disputa. A historiografia, as narrativas de atores-testemunhos e as mídias em seus diferentes formatos têm interseccionado o debate sobre temáticas de “passados que não passam”. Qual o lugar do historiador do tempo presente diante desses outros produtores de reflexões históricas?

Reinaldo Lindolfo Lohn: Acredito que, como uma área de conhecimento interpretativa, cabe à historiografia desenvolver constantemente investigações que tornem mais amplo o espectro de documentos possíveis e disponíveis, bem como desenvolva procedimentos metodológicos que forneçam limites ao que é possível afirmar e legitimar, sem tolher a criatividade, indispensável à elaboração de narrativas sobre o passado. No primeiro aspecto, no que diz respeito à documentação histórica, cabe um esforço gigantesco de

dar cada vez mais acessibilidade a acervos históricos, pois isso pode assegurar transparência às séries de documentos disponíveis. Isso também joga a favor do trabalho de historiadores e historiadoras quando comparado com os muitos agentes que fazem uso do desconhecimento de boa parte da população para produzir narrativas que, em certos casos (não em todos), pouco passam de revisões superficiais que costumam repisar preconceitos, apresentados com nova roupagem. A digitalização de fundos documentais imensos não apenas favorece o trabalho de historiadores e historiadoras, mas também pode permitir comparar aquilo que é elaborado em uma investigação sistemática com o que seriam produtos de qualidade discutível oriundos de uma indústria cultural do passado histórico. O trabalho com meios audiovisuais na internet, disponibilizando repositórios de entrevistas e depoimentos conduzidos pela perspectiva historiográfica, pode não apenas favorecer a difusão do conhecimento histórico como também assegurar que a indústria cultural em torno do passado se torne mais atenta à qualidade. Além disso, os jovens historiadores e historiadoras talvez tenham que se preocupar cada vez mais em enfrentar o desafio de lidar com os chamados big data em suas investigações. Isto é particularmente sensível, dado que penso que a grande maioria de nós, ao menos no Brasil, não somos formados para dar conta de tais tecnologias computacionais, daí que será indispensável no futuro, quem sabe, abrir fronteiras com profissionais de outras áreas e atravessar um custoso processo de mudanças em nossos programas e currículos. Mas, tudo traz novas complicações e desafios, dado que eu acredito que a historiografia não deveria perder uma de suas características fundamentais: ser a área das Ciências Humanas mais ciosa com a singularidade dos processos sociais, constantemente esquivando-se de empregar taxionomias generalizantes e apriorísticas. Por outro lado, cabe à historiografia voltada ao tempo presente manter-se aberta às contribuições que refinem seus procedimentos e, particularmente, sua capacidade interpretativa. É necessário estabelecer limites à interpretação de modo a não dar vazão a práticas que solapam a consistência de nossos trabalhos, pois é da ausência desses limites que muitas vezes se alimentam os que querem fazer circular informações que servem como parte dos usos políticos do passado em embates que visam deslegitimar pessoas, grupos e lutas sociais

Tâmyta Fávero: Na década de 1980, Henry Rousso trouxe à tona em suas obras, como em “Le Syndrome de Vichy”, o termo negacionismo, aludindo a um movimento de negação do Holocausto que se espalhava pela Europa. Nas décadas seguintes, o termo passou a ser utilizado para outras narrativas, as quais buscavam criar “explicações alternativas” falaciosas para determinadas conjunturas históricas. Como a historiografia pode “responder” ao negacionismo hoje?

Tâmyta Fávero: Temas sensíveis que ultrapassam o debate historiográfico são adensados por produções cognominadas revisionistas e que aprofundaram negacionismos não somente em obras bibliográficas, mas em canais midiáticos, por exemplo. O fenômeno no Brasil não é novo, mas, na última década, aprofundou-se, e um dos temas recorrentes tem sido a ditadura militar – destacadamente após a criação da

Comissão da Verdade em 2012. Você considera que a incidência de produções do gênero é um fenômeno global? E qual é o papel do debate acadêmico em HTP diante disso?

Reinaldo Lindolfo Lohn: Juntando as duas questões - As balizas que apontei na resposta anterior envolvem também esta questão. Contudo, sugiro haver pelo menos mais um elemento a ser considerado no que diz respeito ao tema que você propõe. Penso que as tais “explicações alternativas” não são mero arranjo de linguagem ou estratégias voltadas a forçar a circulação de discursos polêmicos, os quais poderiam ser respondidos com uma superior “verdade científica”, atitude que costuma ser despolitizadora. Há uma luta social movida por segmentos situados no âmbito das estruturas de classe e de poder, assumindo posições nítidas no interior de certa correlação de forças, as quais não vejo como enfrentar sem também algum envolvimento social ou visão política. Estamos há algumas décadas em meio ao que certos analistas norte americanos identificaram como “guerras culturais”. Talvez se possa discutir o emprego dessa terminologia ou ainda propor abordagens distintas. Mas, penso que um dos elementos que compõem nosso tempo é um avanço conservador e, mais do que isso, reacionário, de extrema-direita, no âmbito da cultura, sendo favorecido pelo manuseio de estruturas de comunicação muito poderosas. Muitos grupos privados de comunicação e algumas personalidades das redes sociais, em diferentes âmbitos, que recentemente, em função da pandemia de Covid-19, passaram a adotar posições em defesa da “ciência” contra o obscurantismo, foram durante muito tempo canais para propagação de ideias absurdas no que diz respeito às Ciências Humanas e, particularmente, a História. O que estamos vivendo no Brasil desde, pelo menos, 2013, acentuado em 2018, deve levar a considerações mais profundas sobre este assunto. Uma nova extrema direita, a partir de elementos constitutivos de seu passado histórico, construiu uma roupagem para a antiga linguagem darwinista social e passou a predominar no debate público brasileiro, o que envolve certamente a difusão de um certo “neoliberalismo intuitivo” que ganha espaço na indústria cultural e em padrões de comportamento. Penso que esse conflito tem sido assimétrico, pois não temos reconhecido o quadro e sua complexidade com a atenção devida. Entre os palcos desse avanço reacionário, estão as salas de aula e, em especial, as aulas de História, que se tornaram trincheiras das mais frequentes no interior deste combate. Uma das características desse avanço reacionário é uma atitude quase religiosa — às vezes inteiramente religiosa, propagada pelo neopentecostalismo e pelo catolicismo carismático —, que pressupõe a crença em esquemas narrativos que sugerem a ideia de superioridade moral de uma parcela de “eleitos” e “mitos” incorruptíveis sobre a maior parte da população, bem como o desprezo por iniciativas reformistas e a aversão a posições progressistas. Isso tem levado à renovação de um anticomunismo que parece inofensivo pelo ridículo e pelo absurdo caricatural por meio do que qual é apresentado, mas que é bastante operativo. Nessas visões, toda a esquerda política seria “totalitária” e qualquer iniciativa de reforma social seria contrária à liberdade individual. Isso tem alimentado “terraplanismos” notórios, como aquele que diz que o “nazismo é de esquerda” ou ainda de que “não seria nem de esquerda nem de direita”. No Brasil, temos a nossa versão disso no falseamento da história da ditadura militar, em que esta teria apenas protegido o país do “comunismo”. E isso se multiplica com ataques ao feminismo e outras mentiras. São esquemas profissionais de disseminação desse tipo de mensagem,

com grande repercussão em uma juventude que se vê muito vulnerável diante de um futuro incerto em que não há direitos sociais mínimos, o que alimenta o “salve se quem puder”. No caso da atuação da Comissão Nacional da Verdade, além dos inúmeros temas sensíveis e próprios às memórias traumáticas que foram evocados, com a transparência que foi dada a documentos que pareciam inacessíveis e o conjunto de depoimentos públicos coletados, bem como disponíveis na internet — todos assuntos muito importantes que vêm inspirando análises muito profícuas e competentes de historiadores e historiadoras especialistas no contexto da ditadura militar —, penso que seria indispensável considerar o impacto dessa montagem de uma estrutura política neoconservadora em torno desse objeto. Parece-me haver uma conexão bastante nítida entre os ataques às conclusões da Comissão e a crise política que desestabilizou o regime democrático brasileiro, abrindo caminho para uma extrema-direita montada sobre mentiras e negacionismos. Em particular, a Comissão trouxe para o tempo presente questões que nosso processo de transição política negociada e a própria cultura política da conciliação e do apaziguamento que preside muitas de nossas relações entre Estado e diferentes grupos sociais, particularmente as classes dirigentes, deixaram em aberto. Uma dessas questões diz respeito às Forças Armadas, seu papel na sociedade brasileira, o que faz emergir um tema muito sensível que é o da formação fornecida pelas academias militares, a qual tende a reproduzir preconceitos e uma visão absolutamente autoritária sobre o país e suas classes populares. Trazer à luz do dia tais temas gerou uma reação que extravasou o âmbito corporativo dos oficiais. É preciso ter em mente que o atual Presidente da República, com todas as suas notórias limitações intelectuais e sua visão de mundo reacionária, foi formado em nossa principal academia militar. Imaginemos o que ocorre em outros espaços... Isso é impressionante e deveria ser um tema de primeira ordem, com a sociedade exigindo mudanças na formação de seus militares, aqueles a quem é pretensamente atribuído o monopólio da violência e a defesa da “soberania nacional”. Assim, além de ampliar nosso espectro de documentos e refinar nossos procedimentos de interpretação e análise, penso que é indispensável estarmos conscientes dos embates em torno do passado e de que estes são movidos por interesses muito poderosos, os quais têm posição política definida e buscam reduzir o potencial emancipatórias das lutas e dos movimentos sociais. Manter-se enclausurados numa posição olímpica, como se a “verdade” histórica fosse simplesmente prevalecer por si só, pode não ser a melhor atitude.

Tâmyta Fávero: A História Pública tem feito parte de discussões acadêmicas internacionalmente, e elas são mais longevas do que se costuma pensar – especialmente nos Estados Unidos e na França. No Brasil, o tema tem sido trazido à tona junto de discussões sobre os lugares e desafios dos historiadores. Tratando-se de um tema que aborda tanto a produção acadêmica quanto o ofício em si, quais correlações são possíveis entre História do Tempo Presente e História Pública?

Reinaldo Lindolfo Lohn: Não tenho inserção no domínio da História Pública. Dessa forma, seria uma temeridade adentrar em terreno desconhecido. Acredito que as conexões entre a História do Tempo Presente e outras abordagens recentes, como a que

you refer to Global History, for example, are absolutely necessary and should be strengthened, given that they are part of a process of exploration of new domains that continues to be experimented and expanded. What I can say is that we have a problem that involves a very difficult equation in the field of the Humanities and, in particular, of History. The field of action of historians and historians needs to open up and diversify for a question of survival both in the area as well as especially of their current and future professionals. That preparing historians and historians to deal with a labor market that is becoming increasingly precarious is fundamental. On the other hand, this should not imply a precarized formation. Exactly because we need historians and historians occupying more ample and diversified spaces is that we cannot renounce to a solid and dense formation. I distrust that there is an implicit risk in some of the alternatives that are emerging in other countries that is the loss of the singularity of the area and, again, a certain idea that one should form professionals merely in function of the market, which should be able to assume a flexible work condition, occupying spaces in this cultural industry that turns to all types of products about historical events. On the other hand, I think it is absolutely necessary to be public historians and historians. In short, this is the condition to be intellectually worthy of this title: to have the capacity to formulate, defend and discuss ideas in the public space, subjected to pressures and tensions that this involves. This is a practice and an attitude that should preside over the formation of each one of us. However, for that, I believe that historians and historians should also be prepared to assume positions absolutely critical in relation to the structures that usually dominate the public discussion space and that, in Brazil, correspond to monopolies of companies that are very consolidated. Simply occupying or occupying these spaces, many times reproducing a culture of exhibitionism and self-indulgence that crosses our daily life, will not lead history to confront the questions of our time.

Tâmyta Fávero: Nos últimos anos, no Brasil, essa concepção de operação historiográfica [do tempo presente] tem ganhado cada vez mais espaço em pesquisas acadêmicas. Contudo, o século XXI é caracterizado por uma espécie de aceleração do tempo, pela superprodução de narrativas em meios de comunicação de massa e, aqui no país, as disputas políticas dos últimos anos têm trazido transformações estruturais importantes. Diante desse cenário, é notável o deslocamento de problemas e temas em HTP? E quanto a novas abordagens para temas que já vinham sendo debatidos desde a década de 1980?

Reinaldo Lindolfo Lohn: Sua questão está bem construída, no sentido de situar a História do Tempo Presente como mais uma operação que se tornou necessária em função dos constrangimentos no interior de nossa área e de sólidos paradigmas estabelecidos internacionalmente, mais do que necessariamente uma nova formulação conceitual ou teórica. A discussão do tempo presente como um domínio que envolve novas abordagens e métodos vem sendo construída aos poucos, a partir da operação acadêmica que o constituiu. Iniciativas para a superação de constrangimentos em torno do trabalho com temas recentes e a necessidade de romper com uma cartografia

historiográfica tradicional, particularmente os limites da noção de História Contemporânea, empolgaram historiadores e historiadoras a buscarem novos espaços para situarem suas investigações, o que vem envolvendo uma operação complexa e muito distante de ser consensual. Houve e ainda há reações críticas à proposta de uma História do Tempo Presente. Contudo, entendo, à luz da provocação de Boaventura de Sousa Santos, que vivemos em um tempo de respostas frágeis para perguntas muito fortes. Acredito que isso deva ser algo constituidor da demanda por uma História do Tempo Presente e da reabertura debates que pareciam resolvidos. Novas atitudes e demandas sociais construíram a percepção de que certos consensos contribuía com proposições pouco densas em função de desafios enormes e candentes que se apresentaram nas últimas décadas. O que parecia tão sólido em diferentes abordagens, sejam aquelas voltadas para a institucionalidade política ou as que procuravam situar-se no âmbito das estruturas da sociedade, passou a se mostrar insuficiente. As grandes narrativas perderam consistência diante de embates urgentes. São cada vez mais necessários os enfrentamentos intelectuais em relação a temas que dizem respeito às experiências de pessoas e grupos sociais vulneráveis, a compreender, por exemplo, que a política deve envolver meandros para além daqueles situados no âmbito institucional, tendendo a preocupar-se com sociabilidades e culturas políticas. Isso tende a apressar a produção de ideias e sua circulação, pois exige a tomada de posições que interfiram nos debates em curso. Daí que reafirmo ser a História do Tempo Presente uma historiografia engajada em seu tempo. Não necessariamente um engajamento em partidos ou movimentos (embora isso possa ser possível), mas um compromisso com certas demandas sociais inescapáveis, com as de grupos de ativismo e intervenção política. Esse apressamento ou essa aceleração são próprios de nosso tempo. Acredito que muitos de nós, os mais jovens, serão capazes de lidar com tais desafios, sem desistir de qualificar suas produções. E isso já vem ocorrendo pela adoção de abordagens e epistemologias que superem os paradigmas eurocêntricos, envolvendo posturas que sejam capazes de produzir conhecimento a partir de miradas novas e deslocadas dos grandes centros ocidentais de produção de conhecimento. Isso obviamente reabrirá discussões e debates sobre o que parecia consolidado.

Tâmyta Fávero: Falamos sobre isso na pergunta anterior e sabemos que, na última década, uma série de canais alternativos sobre História têm ganhado espaço e público. Muitos deles foram criados e são gerenciados por historiadores, e é perceptível que até mesmo os departamentos universitários e programas de pós-graduação na área vem recorrendo à utilização das mídias sociais. Você acredita que esse é um fenômeno consolidado? A historiografia do tempo presente tem se mostrado atenta a estas mudanças na relação entre sociedade e história?

Reinaldo Lindolfo Lohn: Tenho profunda admiração por todos, na maioria jovens historiadores e historiadoras, que vêm investindo seu tempo e suas capacidades na construção desses novos canais de comunicação. Gostaria, inclusive, de ser capaz de contribuir mais com esse movimento, mas sei das minhas limitações. Não tenho informações suficientes para responder acerca da consolidação do fenômeno. Diria

apenas que é absolutamente necessário e inescapável. Alguns dados esparsos indicam que parece haver um interesse genuíno por temas históricos que está se alargando em diferentes setores da sociedade brasileira, principalmente entre jovens conectados aos espaços cibernéticos. Isso é importante, levando em consideração que durante muito tempo a área sofreu com ataques à sua legitimidade, o que envolveu inclusive uma certa intimidação a professores e professoras de História. A imagem propagada com frequência das aulas de História chatas e dos professores antiquados, cobrando a memorização de datas, ainda permanece em muitos meios literários e da indústria cultural, bem como em preconceitos do dia a dia. Por outro lado, como já me referi, há os movimentos reacionários sempre à espreita de formas para atacar docentes de nossa área. Iniciativas e experiências no âmbito do ensino de História vêm contribuindo para que novas gerações de estudantes tenham contatos muito mais profícuos e criativos com o conhecimento histórico. Mais precisamente ao âmbito das mídias sociais, este inicialmente foi tomado como objeto de muitos trabalhos situados no domínio da História do Tempo Presente. Lembro de dissertações e teses defendidos em nosso programa na UDESC que tiveram como foco as redes sociais, tomando as como repositórios de informações que poderiam ser transformados em documentos e, assim, demandando meios para guarda e preservação, bem como metodologias próprias. Para além desta aproximação, vemos hoje uma exploração dessas mídias que começa a ser mais ampla e rica. Ao invés de ser apenas mais um meio de comunicação e de exposição pública de informações já existentes, há conteúdos novos sendo criados especificamente para ocupar tais espaços, o que impacta no processo de construção do conhecimento. E é isto que me parece o mais relevante: não se trata apenas de ocupar com informações, mas quem sabe o início de um processo que torne mais próximo de um público vasto o manuseio de sua consciência histórica e a experiência de pensar historicamente os diversos temas que preocupam o dia a dia das pessoas. Para além do chamado “passado prático”, é possível começar a tornar mais populares as diferentes formas de situar os objetos em perspectiva histórica. Isso pode levar o conhecimento histórico a ganhar mais importância na vida das pessoas, fazendo parte da agenda social que dá prioridade a certos saberes considerados necessários para a compreensão de temas complexos, o que certamente tem implicações no âmbito do jornalismo e dos diferentes agenciamentos que balizam o debate público. O uso social dinâmico e criativo do conhecimento histórico, com vistas a ampliar horizontes e dar mais densidade às percepções acerca das relações políticas e do mundo dos direitos sociais, por exemplo, sugere que a História do Tempo Presente apresenta potencialidades para as quais ainda devemos voltar nossa atenção.

Referências:

- BÉDARIDA, François (Org.). *L'histoire et le métier d'historien en France - 1945-1995*. Paris: Éd. de la Maison des sciences de l'homme, 1995.
- _____. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 5.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v.94, n.3, p.111-24, maio/jun., 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo* – estudos sobre História. Rio de Janeiro. Contraponto: PUC-Rio, 2004.

_____. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

RICOEUR, Paul. *A memória, a História, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

_____. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994. t. I.

_____. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1995. t. II

_____. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1997. t. III.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe*: a História, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo*: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.